

# CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.  
E se mais mundo houvera, lá chegara.  
CAMOES, e, VII e 14.

**Diretor-Geral**  
Paulo Cabral de Araújo

**Diretor-Superintendente**  
Edilson Cid Varela

**Diretor-Responsável**  
Ari Cunha

**Editor-Geral**  
Ronaldo Martins Junqueira

**Gerente-Geral**  
Alberto de Sá Filho

**Gerente Financeiro**  
Evaristo de Oliveira

**Gerente Técnico**  
Ari Lopes Cunha

**Gerente Comercial**  
Maurício Dinepi

## Hora de acordar

Ainda **grogue** com a pancada da anistia à dívida de empresários prometida pela Constituinte, o Governo acaba de encaminhar ao Fundo Monetário Internacional o “memorando técnico de entendimento”, eufemismo sob o qual os técnicos encarregados da gestão da economia propõem as bases do pacto de sujeição brasileira à instituição estrangeira.

No mesmo momento, os técnicos emitem outro projeto sob o título “Operação Desmonte”, com o qual propõem o corte de 25 por cento das despesas da União previstas para o próximo ano. Paralelamente, estudam a transferência de encargos federais para os estados e municípios — estes agora mais robustecidos financeiramente pela reforma tributária da Constituinte.

Todo esse esforço, no entanto, soa falso na medida em que, novamente, a Constituinte pôs e dispôs à vontade sobre as contas brasileiras, quase sempre movida mais por interesses demagógicos do que pela racionalidade. Pôs e dispôs mais sobre interesses particulares do que gerais, desde a quase esquecida Comissão de Sistematização.

Mas agora há uma nova fase nos trabalhos da Assembléia. A capacidade de os constituintes inventarem novos sobressaltos para os bolsos dos brasileiros em geral se esgotou na votação de primeiro turno. Nas deliberações de segundo turno, podem apenas desinventar o que arrumaram anteriormente, suprimindo-o do texto final da Constituição.

Seria a “Operação Desmonte” da Constituinte, que deveria se mover conscientemente sob a inspiração do que realmente significam em nossa honra e soberania os termos do “memorando técnico de entendimento” ao FMI. Trata-se de um roteiro sobre o que o Governo se compromete a adotar na economia às exigências do Fundo em troca de mais empréstimos.

Para começar, o Governo já pediu mais 1,4 bilhão de dólares. Na taxa do câmbio oficial, são 276 bilhões de cruzados. A soma representa quase a metade do calote que a Constituinte aplicou nos brasileiros com a anistia a empresários. Calote que, nas contas do ministro Ronaldo Costa Couto, pode chegar aos 500 bilhões de cruzados.

Sem exercer o terrorismo moral que o Planalto às vezes enxerga em outros poderes, o ministro Costa Couto adverte que a conta do calote não pertence ao Governo. “É uma conta do povo e quem vai pagar é o contribuinte porque o Governo não dispõe de uma fonte de recursos”, completa o chefe do Gabinete Civil da Presidência.

Nesse quadro, a Nação entra sob profunda depressão no segundo semestre de 1988, sem a perspectiva de que um estalo qualquer leve todas as pessoas responsáveis deste País a assumirem austeramente a sua responsabilidade. A submissão ao FMI, o pires na mão, os sacrifícios de investimentos em setores rentáveis como a gricultura, e o calote da Constituinte deveriam ser golpes suficientes para acordar as pessoas responsáveis.